



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORA VEREADORA,
SENHORES VEREADORES

É já passada a hora de a sociedade reconhecer, de forma prática, a importância de nosso relacionamento com os animais, que estão presentes na vida do homem desde os seus primórdios.

Por isso, apresento este projeto de lei, cujo intuito é de transformar em atitude prática o acima apontado, propondo a criação de um Conselho e de uma Coordenadoria que tenham por principal atividade a proteção, a defesa e o bem-estar animal.

Assim, contamos com o apoio dos nobres Pares para aprovação do texto.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO,
Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2013.

TITA FURLAN

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
VEREADOR ADRIANO REMONTI
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
NESTA CIDADE



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 09/2012

Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal (CMPDBEA) e o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (CMPDA).

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Esta lei cria a Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal (CMPDBEA) e o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais (CMPDA).

Art. 2º - É criada a Coordenadoria Municipal de Proteção, Defesa e Bem-Estar Animal (CMPDBEA), que tem por finalidade organizar, planejar, estabelecer normas e diretrizes, definir políticas públicas, estratégias para informação, educação e conscientização da comunidade sobre questões afeitas aos animais, desenvolver programas de controle populacional dos animais de estimação e domésticos, apoiar ações e iniciativas locais, regionais, nacionais e internacionais que promovam o bem-estar, protejam e defendam a vida animal, seja ela dos animais de estimação, domésticos ou silvestres, da fauna nativa ou exótica.

Parágrafo único - A CMPDBEA integra a estrutura administrativa do Gabinete do Prefeito, com rubrica e dotação orçamentária próprias que garantam infra-estrutura para seu funcionamento.

Art. 3º - É criado o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Animal- CMPDA, que tem por finalidade promover a proteção dos animais, sejam eles de estimação, domésticos ou silvestres, da fauna nativa ou exóticos, contra atos de abuso, maus-tratos, omissão de posse, de propriedade, de guarda, ou de socorro, abandono ou negligência, avaliando as políticas públicas para os animais, acompanhando a aplicação e o cumprimento da legislação, diretrizes e regulamentos que visem à proteção, defesa e bem-estar dos animais.

Parágrafo único. O CMPDA está vinculado às Secretarias Municipais de Saúde, de Planejamento e Meio Ambiente.

Art. 4º - São objetivos e competências do CMPDA:

I – atuar:

a) na supervisão do cumprimento das leis e políticas públicas que visem à promoção, proteção, defesa e bem-estar dos animais, sejam de estimação ou domésticos, da fauna silvestre, nativa ou exótica;



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

b) na proteção, defesa e promoção do bem-estar dos animais, sejam de estimação ou domésticos, da fauna silvestre, nativa ou exótica;

c) na informação, educação e promoção da conscientização da população sobre a necessidade de se adotar os princípios da posse, propriedade ou guarda responsável;

d) na promoção da proteção ecológica dos animais e de seu meio ambiente;

e) na defesa dos animais feridos, enfermos e abandonados;

f) na promoção da posse responsável dos animais de estimação, através de programas de controle populacional, na forma da legislação;

II – colaborar na implantação e efetivação de Programa de Educação Ambiental e no Programa de Posse Responsável dos Animais Domésticos e de Estimação, que promovam e incentivem a proteção de animais e seus habitats;

III – solicitar e acompanhar as ações dos órgãos da Administração, Direta e Indireta que atuam no desenvolvimento dos programas de proteção e defesa dos animais;

IV – colaborar e participar nos planos e programas de controle das diversas zoonoses;

V – incentivar a preservação das espécies de animais da fauna silvestre, bem como a manutenção dos seus ecossistemas, principalmente de proteção ambiental, estações, reservas e parques ecológicos, assumindo ou encaminhando aos órgãos e entidades competentes animais apreendidos por tráfico ou caça ilegal cuja manutenção ou soltura seja impraticável;

VI – coordenar e encaminhar ações que visem, no âmbito do Município, junto à sociedade civil, a defesa e a proteção dos animais;

VII – propor alterações na legislação vigente para a criação, transporte, manutenção e comercialização, visando aprimorar e garantir maior efetividade no respeito ao direito legítimo e legal dos animais, evitando-se a crueldade e resguardando suas características próprias;

VIII – propor a realização de campanhas:

a) para o controle reprodutivo de cães e gatos;

b) de registro de cães e gatos;

c) de adoção de animais visando ao não-abandono;

d) de esclarecimento da população quanto ao tratamento correto e digno que deve ser dado aos animais;

e) de vacinação dos animais;

IX – envidar esforços junto a outras esferas de governo a fim de aprimoramento da legislação e dos serviços de proteção, defesa e promoção do bem-estar dos animais.

Art. 5º- O CMPDA compor-se-á de 15 (quinze) membros, com respectivos suplentes, a saber:

I – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo um do serviço de zoonoses e outro da vigilância sanitária;



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

- Social;
- II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Ambiente;
- III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- IV – 04 (quatro) representantes das entidades cujo estatuto preveja o cuidado e proteção aos animais, contemplando, obrigatoriamente, animais domésticos e silvestres, e que estejam legalmente constituídas no Município;
- Veterinária;
- V – 01 (um) representante do Conselho Regional de Medicina;
- Meio Ambiente
- VI – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
- VII – 01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde;
- VIII – 01 (um) representante da comunidade científica que tenha atividades afeitas aos animais, sejam de ensino ou de pesquisa;
- IX – 01 (um) representante do Corpo de Bombeiros;
- X – 01 (um) representante do Ministério Público do Meio Ambiente;
- XI – 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB.
- Parágrafo único. Os membros referidos no “caput” serão nomeados pelo Chefe do Executivo, mediante indicação:
- I – do Executivo, no caso dos incisos I a III;
- II – das entidades de proteção animal, por eleição em assembleia oficialmente convocada para esse fim, encaminhando-se ao Chefe do Executivo cópia da ata respectiva, no caso do inciso IV;
- III – dos respectivos conselhos, no caso dos incisos V a VII;
- IV – das respectivas instituições, no caso dos incisos VIII a XI.

Art. 6º - A exclusão de representante de entidade protetora de animais dar-se-á por meio de solicitação do Presidente do CMPDA ao Chefe do Executivo, devidamente justificada, para providências necessárias na forma da lei.

Art. 7º - A inclusão de novos representantes de entidades protetoras de animais será efetivada mediante exclusão ou substituição de outra, mantendo-se inalterada a sua constituição.

Art. 8º - A função de membro do CMPDA é gratuita e considerada serviço público relevante.

Art. 9º - O CMPDA será presidido por um de seus membros, eleito por maioria simples, na primeira reunião ordinária.

Art. 10 - O CMPDA poderá solicitar apoio e/ou colaboração de órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de seus programas.



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

Art. 11 - O CMPDA promoverá, anualmente, no mínimo, 01 (uma) plenária aberta à participação de todos os cidadãos, entidades da sociedade civil e movimentos populares, com o objetivo de analisar os trabalhos realizados, orientar sua atuação e propor projetos, programas ou ações específicas afeitas ao tema.

Art. 12 - Serão realizadas reuniões ordinárias no mínimo 1 (uma) vez ao mês, em espaço público indicado pela Municipalidade, em horário definido em regimento interno.

Art. 13 - O CMPDA terá mandato de 3 (três) anos, devendo ser realizada conferência para constituição de novos representantes ou manutenção dos atuais por no máximo 2 (dois) mandatos, sempre com 60 (sessenta) dias de antecedência do final do mandato.

Art. 14 - O CMPDA elaborará o seu Regimento Interno, a ser aprovado em sua segunda reunião ordinária.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 30 de janeiro de 2013.

TITA FURLAN